

**Rede Internacional do Gênero e Comércio**  
**Boletim Mensal (IGTN) Vol. 5 nº 5**

maio de 2005

**Aquecem-se as Negociações do Comércio Regional,  
Entendimentos Multilaterais ainda Enfrentam  
Obstáculos**

[www.IGTN.org](http://www.IGTN.org)

**NOTÍCIAS DAS NEGOCIAÇÕES**

- ♣ Notícias da OMC – Cristina Gueco, IGTN Genebra
- ♣ Reunião do ESA-EC EPA para a Geração de Novas Idéias – Notas de Karin Gregow, EcoNews Africa
- ♣ O CAFTA Agita o Congresso Estadunidense – Kristin Sampson, USGTN

**A IGTN EM AÇÃO**

- ♣ A AWOMI Capitaneando o Envolvimento das Mulheres Africanas na G-CAP – Salma Maoulidi, Fundação das Irmãs Sahiba, Tanzânia
- ♣ A IGTN Co-patrocina Painel – *Gênero e Comércio: Identificando Mitos, Superando Desafios e Elaborando Alternativas* – Kristin Sampson, Secretariado da IGTN
- ♣ Mulheres nos EUA Fazem Conexões entre Política Comercial e Experiências Locais – Kristin Sampson, USGTN

**RECURSOS DO GÊNERO E COMÉRCIO**

**EVENTOS E AVISOS**

---

---

**NOTÍCIAS DAS NEGOCIAÇÕES**

**Notícias da OMC**

Cristina Gueco, IGTN Genebra

**Conselho Geral da OMC (CG)**

O Sr. Pascal Lamy, representante francês da Comissão Europeia para o Comércio, foi formalmente escolhido em 26 de maio de 2005 pelos 148 membros da OMC como o quinto Diretor Geral (DG). Seu mandato terá início no dia 01 de setembro deste ano, em substituição ao atual DG Supachai Panitchpakdi, que assumirá o posto de Secretário Geral da Conferência da ONU para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD).

A decisão de eleger um novo DG foi tomada em consenso pelo CG. Essa decisão formal marca o fim de um processo que já se estendia por cinco meses e eliminou os outros três candidatos indicados por seus governos: Carlos Perez del Castillo, do Uruguai; Jay Krishna Cuttaree, de Maurício; e Luiz Felipe Seixas Correa, do Brasil.

Em seu pronunciamento na circunstância da nomeação, o Sr. Lamy destacou que as prioridades do seu mandato serão a de concluir a rodada de negociações da Agenda de Desenvolvimento de Doha (ADD) “de forma a assegurar que a abertura comercial continue contribuindo para o desenvolvimento e que coloquemos os interesses dos países em desenvolvimento no centro do sistema mundial de comércio.” Durante o seu mandato, o Sr. Lamy enfrentará acirradas negociações na área dos serviços, das tarifas industriais (NAMA) e da agricultura enquanto os países tanto desenvolvidos quanto em desenvolvimento continuarem discordando entre si.

### **Reunião Mini-ministerial da OMC em Paris: Acordo Fechado para Tarifas Agrícolas**

Representantes de trinta países membros da OMC se reuniram em Paris nos dias 3 e 4 de maio para uma mini-ministerial a fim de discutir a ADD. A reunião ocorreu durante a Reunião no Conselho Ministerial da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). As mini-ministeriais são uma das muitas reuniões informais que ocorrem fora da OMC para complementar os processos formais internos. O ritmo acelerado dos processos que ocorrem nessas reuniões informais tem sido severamente criticado pela sociedade civil, inclusive a IGTN, na medida em que os países desenvolvidos aumentam a pressão para que os países em desenvolvimento façam concessões. Além disso, a IGTN faz uma crítica à exclusividade e falta de transparência nesses processos.

A mini-ministerial em Paris acabou adiantando o fim de uma disputa técnica sobre cortes tarifários para bens agrícolas, questão que ameaçava prejudicar as negociações de Doha na área da agricultura. Depois de uma concessão da CE, os comissários apresentaram uma fórmula para converter tarifas específicas [1] aplicadas sobre bens agrícolas em tarifas percentuais, também conhecidas como tarifas *ad valorem*, ou AVEs. A conversão em AVEs é tida como um pré-requisito para finalizar a pedra angular das negociações agrícolas que incluem a proposta de uma fórmula para o corte tarifário, uma categoria de produtos sensíveis para uso dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, e uma categoria de produtos especiais e um mecanismo especial de salvaguardas (ou SPs e SSM, suas respectivas siglas em inglês) [2] a serem usados pelos países em desenvolvimento. Isso também é uma porta que se abre para acelerar as negociações sobre outras áreas agrícolas como os subsídios à exportação e o apoio doméstico.

Como base para as conversações acerca das AVEs, os membros concordaram com uma abordagem que use os preços de importação [3] constantes no Banco de Dados Integrado da OMC (o IDB), e não os preços mundiais. Os exportadores em geral preferem uma conversão baseada nos menores preços mundiais que levaria a AVEs mais elevadas e, conseqüentemente, a reduções tarifárias mais acentuadas. Produtos sensíveis na área de grãos e bovinos, e o arroz de países como o Brasil, por exemplo, seriam beneficiados por um grande corte tarifário em suas exportações para os mercados fortemente protegidos da CE.

Mas ainda estão por decidir certos aspectos do uso das AVEs, como o tratamento do açúcar e o processo de verificação das AVEs dos membros. Embora os membros tenham recebido a incumbência de definir AVEs para o açúcar assim que possível, países produtores de açúcar, dentre os quais Antígua e Barbuda, Barbados, Maurício e Filipinas, mostraram-se preocupados com a sua exclusão. Quanto à questão da verificação das

AVEs, o Sr. Groser confirmou que não se trataria de uma empreitada de grande porte contanto que a metodologia para o seu cálculo fosse específica. As negociações agrícolas seguintes já estão em andamento, ocorrendo entre 30 de maio e 03 de junho, durante as quais os delegados irão se concentrar numa fórmula de redução tarifária, tratamento para produtos sensíveis e SPs, e na elaboração de um SSM.

Quanto a outros temas que estão em pauta, como serviços e acesso a mercados não agrícolas (NAMA), o avanço também é visto como um grande empurrão político para aumentar o embalo das negociações para a Sexta Conferência Ministerial (MC6) em Hong Kong (HK), China. Com relação aos serviços, todos os membros da OMC, exceto os países menos desenvolvidos (LDCs), deveriam ter feito, dois anos atrás, ofertas iniciais sobre serviços que estariam dispostos a liberalizar. Eles agora assumiram compromissos de entregar ofertas revisadas e melhoradas até o fim de maio. O representante comercial para os EUA, Embaixador Rob Portman, ofereceu colocar em pauta este mês uma proposta sobre liberalização de serviços, mas alguns países em desenvolvimento ainda hesitam em liberalizar certos setores sensíveis, como o turismo e as telecomunicações sem receberem em troca um melhor acesso para a sua mão-de-obra qualificada aos mercados industrializados.

### **Negociações do Acesso a Mercados Não Agrícolas (NAMA)**

As negociações do NAMA em abril se concentraram numa proposta de Argentina, Brasil e Índia que foi apresentada no dia 25 daquele mês (TN/MA/W/54). Essas negociações têm sido majoritariamente dominadas por países desenvolvidos que querem liberalizar ainda mais os mercados dos países em desenvolvimento para exportações. A proposta visava apoiar a ADD e equilibrar ambição com flexibilidade reconhecendo preocupações com desenvolvimento no cerne da liberalização.

A Índia enfatizou que a contribuição de um membro ao acesso a mercados deveria estar vinculada aos seus recursos e ao nível do seu desenvolvimento econômico. O Brasil defendeu sua proposta como sendo “equilibrada pois além de tratar dos picos tarifários [4], tarifas altas e aumento de tarifas [5], ela preserva para os países em desenvolvimento a liberdade de usar uma estrutura tarifária para promover a industrialização e o investimento.” Especificamente, a proposta trata de: 1) conceitos de “reciprocidade menor” e “tratamento especial e diferenciado” (SDT); 2) uma fórmula de redução tarifária; e 3) vinculações tarifárias.

O primeiro ponto do texto declara que a reciprocidade menor e o tratamento SDT são marcadamente distintos – aquele está relacionado a coeficientes usados numa fórmula de redução tarifária, que determina como as tarifas serão cortadas; enquanto este trata de flexibilidade na aplicação da fórmula e o direito de excluir algumas linhas tarifárias. O texto declara que a atual estrutura dos dispositivos do SDT é o “mínimo necessário” para satisfazer as metas próprias dos países em desenvolvimento. Além disso, a “reciprocidade menor” deveria incorporar coeficientes mais elevados para os países em desenvolvimento do que para os países desenvolvidos. O resultado disso seria reduções tarifárias proporcionalmente mais altas para os países desenvolvidos, levando em conta seus diferentes perfis tarifários.

O segundo ponto do texto propõe o uso de uma fórmula do tipo suíça [6]. O uso dessa fórmula permitiria que os países com tarifa vinculada média mais elevada (aqueles em desenvolvimento) fizessem cortes tarifários menos drásticos do que aqueles com tarifa

vinculada média mais baixa. E o terceiro propõe que as tarifas desvinculadas onde seriam feitas reduções a partir dos valores básicos em cima dos níveis tarifários médios do país, e não linha por linha. Isso daria aos países mais flexibilidade ao permitir que eles escolham em quanto vão reduzir cada linha tarifária.

Embora vários países em desenvolvimento a tenham apoiado, a proposta também enfrentou muita oposição, principalmente dos países desenvolvidos. Os Estados Unidos e o Japão criticaram o texto com veemência por não ser suficientemente ambicioso e não permitir acesso suficiente aos mercados. Seu argumento foi de que isso não levaria a uma harmonização dos níveis tarifários. No plano político, os Estados Unidos argumentaram que o que se espera de todos os membros é a liberalização e que eles não puderam fazer concessões na agricultura quando os países em desenvolvimento não estão dispostos a fazer o mesmo com o NAMA. Além disso, argumentaram que o princípio da “reciprocidade menor” foi delineado no Anexo ao NAMA do Pacote de julho de 2004, já que isenta os LDCs de fazerem suas reduções tarifárias, permite que uns poucos países em desenvolvimento com baixos níveis de vinculação tarifária façam cortes modestos e permite períodos de implementação mais longos para os países em desenvolvimento.

A CE, alguns membros latino-americanos, o Japão e os Estados Unidos criticaram o texto por propor o uso de uma fórmula do tipo suíça que, argumentam, já havia sido rejeitada pelo embaixador suíço Girard em 2003, no início das negociações do NAMA. Com relação ao tratamento das tarifas desvinculadas, o México argumentou que iria propiciar flexibilidades para alguns membros apenas; a preocupação do Peru foi a de que países protecionistas não teriam de fazer cortes mais acentuados já que os produtos de alguns países estariam protegidos da liberalização; e a Noruega argumentou que alguns países em desenvolvimento talvez tenham de fazer cortes mais acentuados do que outros que são mais industrializados.

Concluindo a discussão sobre a proposta, o presidente do grupo de negociações do NAMA, Embaixador Stefan Johananesson, da Islândia, confirmou que “todos os membros estão se concentrando na fórmula do tipo suíça; o que se deve fazer agora é resolver os detalhes.” Reconhecendo haver discórdia quanto ao tratamento das tarifas desvinculadas, ele instou os Ministros a direcionar ainda mais o processo. A próxima reunião do grupo de negociações do NAMA será de 6 a 8 de junho.

*Para visualizar esta notícia da OMC e outras mais antigas, visite:*  
<http://www.igtn.org/page/404>.

## **Reunião da ESA – EC EPA para a Geração de Novas Idéias**

Notas de Karin Gregow, EcoNews Africa

Uma reunião nos dias 12 e 13 de maio de 2005 em Nairóbi, Quênia, sobre Acordos de Parceria Econômica (EPAs) reuniu altos escalões das capitais do leste e do sul da África (ESA), delegados de vários escritórios da Comissão Europeia (CE) e representantes de delegações nacionais, o Mercado Comum para a África Oriental e Meridional (COMESA) e a Comissão Econômica da ONU para a África com os seguintes propósitos: 1) discutir como tornar a conduzir corretamente as conversações conjuntas; 2) discutir abertamente as questões substanciais mais delicadas (sensíveis); e 3) melhorar a compreensão comum que se tem do processo dos EPA.

A IGTN, juntamente com vários outros participantes do movimento das mulheres, se preocupa com as metas que têm os EPA no sentido de compatibilizar a África, o Caribe e os Países do Pacífico com a OMC à luz dos efeitos negativos que os acordos da OMC exercem sobre o povo mais pobre e da falta de comprometimento da OMC com uma redução da desigualdade de gênero ou com a transversalização da análise de gênero nas políticas do comércio.

*Encontram-se notas mais detalhadas sobre a conferência no endereço:*

<http://www.igtn.org/page/610/1>.

### **O CAFTA Agita o Congresso Estadunidense**

Kristin Sampson, USGTN

Foi pouca a movimentação oficial em torno do CAFTA no Congresso dos Estados Unidos no mês de maio pois continuaram as preocupações com o impacto do acordo sobre a mão-de-obra, o meio ambiente e o desenvolvimento em meio a uma insatisfação crescente com os resultados do Acordo Norte-americano de Livre Comércio. À medida que o Congresso foi deixando de lado o acordo, o governo Bush foi aumentando a pressão para ganhar terreno.

Nas últimas semanas do mês de maio, o Presidente Bush se reuniu com dezenas de políticos democráticos e republicanos na Casa Branca para fazer um apelo pessoal em prol do CAFTA. A Casa Branca também anunciou que o Presidente irá utilizar a próxima Assembléia Geral em Fort Lauderdale da Organização dos Estados Americanos para promover o CAFTA numa sessão no dia 6 de junho. Além disso, altos escalões do governo já começaram a se pronunciar em favor do CAFTA.

Numa tentativa desesperada de “tocar” o CAFTA, Robert Zoellick argumentou recentemente que ratificar o Acordo é uma “oportunidade histórica de estabilizar e apoiar a América Central” que irá promover a democracia e a segurança nacional dos EUA.

Pelo contrário, o CAFTA irá desestabilizar a região, como já tem feito, pois milhares de agricultores, trabalhadores, estudantes, mulheres, comunidades indígenas e grupos religiosos tomaram as ruas em protesto contra o Acordo – e foram recebidos em geral com violenta repressão por parte das autoridades locais. A perda do sustento em comunidades rurais, o menor acesso a remédios capazes de salvar vidas, uma erosão das proteções trabalhistas e ambientais, tudo isso irá superar os potenciais benefícios. Além disso, o CAFTA irá manter, ou até piorar, a crise da dívida que se abate sobre os países em desenvolvimento que serão membros do Acordo.

O Comitê do Senado para a Agricultura realizará uma audiência sobre o CAFTA no dia 7 de junho de 2005. O Comitê do Senado para a Fazenda já tentou fazer acertar uma remarcação da legislação de implementação do CAFTA para a semana que começa em 13 de junho.

Em meio à pressão cada vez maior do governo, os adversários do CAFTA continuam angariando apoio contra, destacando seus precários dispositivos ambientais e trabalhistas e, através de evidências produzidas pelo NAFTA, mostrando o provável efeito negativo que o Acordo teria sobre o desenvolvimento e a redução da pobreza para todas as partes envolvidas. Como parte desses esforços, a Rede do Gênero e Comércio dos EUA, com

patrocínio da deputada Marcy Kaptur (do Partido Democrata, pelo estado de Ohio), fará uma explanação geral sobre Gênero e o CAFTA no dia 15 de junho.

## **A IGTN EM AÇÃO**

### **A AWOMI Capitaneando o Envolvimento das Mulheres Africanas na G-CAP**

Salma Maoulidi – Fundação das Irmãs Sahiba, Tanzânia

*Nota: A Iniciativa das Mulheres Africanas para o Milênio sobre a Pobreza e os Direitos Humanos (AWOMI) é presidida por Yassine Fall, Assessora da IGTN.*

A recém-inaugurada Iniciativa das Mulheres Africanas para o Milênio sobre a Pobreza e os Direitos Humanos (AWOMI) convocou sua primeira reunião intitulada “Mulheres Africanas Falam sobre o Empobrecimento: Uma Convocação para Agir em Prol da Justiça e Igualdade de Gênero” no Quênia entre 9 e 11 de maio de 2005.

Participaram mais de duzentas e cinqüenta mulheres e vários homens que apóiam a causa da justiça social e do gênero. A reunião foi uma oportunidade de fortalecer a participação das mulheres africanas nas análises, no monitoramento e na avaliação de comparativos de desenvolvimento para as políticas públicas. Com respeito a isso, os participantes revisitaram indicativos de igualdade de gênero nas MDM alinhados com o que foi acertado na Plataforma de Beijing para Ação em 1995, na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento em 1994 e na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres.

Diante das numerosas iniciativas da militância contra a globalização, a acumulação transnacional, as relações de poder, as desigualdades e o empobrecimento, a AWOMI tentou reforçar alianças entre as redes de justiça social das mulheres africanas, de jovens, das mulheres das comunidades de base, de ativistas dos direitos humanos e das mulheres e homens de mídia, para que se unam à convocação centrada no gênero para acabar com a pobreza. Isso requer que os atores sociais africanos se familiarizem com o processo da Ação Global contra a Desigualdade e a Pobreza (G-CAP) e incluam conteúdo de igualdade de gênero e direitos humanos em suas mensagens.

Para encaminhar as demandas das mulheres africanas por uma liderança coordenada no cerne dos vários esforços em prol da justiça social no continente, há que existir uma convergência de pensamento e esforços entre as mulheres das bases, ativistas e intelectuais desse mesmo continente. Um esforço assim requer uma estratégia equilibrada, visando os governos de cada país, de um lado, e os países da OCDE e as instituições internacionais de financiamento e do comércio, de outro, para dar apoio a uma agenda em prol do desenvolvimento humano de forma que as MDM e outras prioridades de desenvolvimento sejam cumpridas. Em suma, a AWOMI pede uma cultura do desenvolvimento que seja diferente, transformada, que propicie às massas a autonomia de escolher seus próprios rumos e tomar suas próprias decisões, internalizando as normas dos direitos humanos e promovendo a responsabilização por seus atos, a paz e o desenvolvimento.

Os participantes da reunião histórica, em conjunto, tiraram uma declaração que foi apresentada ao Vice-presidente do Quênia, Ilmo. Moody Awori, detalhando as demandas as mulheres africanas feitas aos seus próprios governos, a União Africana de Países da

OCDE e instituições internacionais de financiamento e do comércio. À luz da revisão das MDM em setembro deste ano, esta convocação deverá ser tanto amplamente quanto localmente divulgada de forma a permitir que mais mulheres, e mais homens, se juntem ao movimento social contra o empobrecimento e a injustiça. Por favor, atenda a este chamado e convide outras pessoas para apoiarem a G-CAP.

Já basta!

A Declaração da AWOMI está à disposição na Internet, no endereço:  
<http://www.igtn.org/page/608/1>.

Algumas contribuições das Salma Maoulidi para a conferência da AWOMI são:

- “Mulheres Africanas Falam sobre as MDM e a Pobreza”, que relata a experiência de participantes da conferência com as Metas de Desenvolvimento para o Milênio (MDM) e as receitas para redução da pobreza implementadas em vários Planos/Programas Estratégicos para a Redução da Pobreza (ou PRSPs, na sigla em inglês). Disponível na Internet no endereço: <http://www.igtn.org/page/611/1>.
- “Mulheres Africanas Censuram Seus Líderes por Hipotecarem o Continente”, que fornece um relato mais detalhado da ata da conferência e se encontra na Internet no endereço: <http://www.igtn.org/page/609/1>.

### **Gênero e Comércio: Identificando Mitos, Superando Desafios e Elaborando Alternativas**

A IGTN patrocinou em colaboração com o Centro Internacional Woodrow Wilson para Acadêmicos, o Center of Concern e o Conselho Hispânico para Relações Internacionais uma conferência de meio dia de duração, *Gênero e Comércio: Identificando Mitos, Superando Desafios e Elaborando Alternativas*, no dia 20 de maio de 2005.

Quatro membros da IGTN – Maria Riley, Mariama Williams (CGTN), Marina Durano (IGTN-Ásia) e Alexandra Spieldoch – se reuniram com outras nove distintas personalidades, dentre estudiosos e praticantes, para uma animada discussão sobre gênero e comércio. A conferência reuniu apresentadores e participantes de uma ampla gama de instituições e com óticas muito variadas.

No cerne da discussão encontrava-se a tensão fundamental entre as duas principais correntes de pensamento em prol da construção de um sistema de comércio sensível ao gênero: 1) o modelo atual e os acordos comerciais vigentes são essencialmente saudáveis, mas deveriam ser aprimorados com a inclusão de abordagens sensíveis às questões de gênero e de apoios externos; 2) o sistema atual é falho, em suas premissas e axiomas básicos, devendo ser substituído por um modelo alternativo.

Os debatedores levantaram uma série de ferramentas interessantes para tratar o impacto diferenciado da liberalização sobre os distintos gêneros. Foram aprofundadas as abordagens mais comuns, como maior acesso ao crédito, mais ajuda para formar uma base de comércio, ou maior inclusão das mulheres em cargos com poder decisório. Ao mesmo tempo, foram estudadas inovações como o uso de dispositivos sobre o conteúdo social da propriedade nas constituições nacionais que exigiriam a propriedade para

atender interesses sociais antes de serem qualificadas para receber proteção social ou pública.<sup>[7]</sup> Tais dispositivos poderiam ser usados para dar às constituições um privilégio superior ao dos acordos internacionais de comércio.

*Um relato completo dos anais da conferência estará disponível no Centro Internacional Woodrow Wilson para Acadêmicos ainda este ano.*

## **Últimas notícias sobre as Consultas da USGTN**

Kristin Sampson, Secretariado da IGTN

No dia 16 de maio de 2005, em cooperação com a Rede do Gênero e Comércio dos EUA, o Centro para a Economia Popular realizou uma Consulta sobre o Livre Comércio e as Mulheres em Amherst, no estado de Massachusetts. Mais de 20 líderes de organizações estiveram presentes para discutir o impacto da liberalização do comércio em Massachusetts, concentrando-se nas diferenças do impacto sobre os gêneros. Seguem-se alguns dos temas que surgiram.

Na manufatura, a região oeste do estado viveu fechamentos de fábricas e demissões em vários ramos (têxteis, barbantes, papel, pedraria, maquinaria, ferramentas) e alguns serviços (telemarketing). Muitos desses fechamentos foram precipitados por concessões feitas pelos trabalhadores no esforço de manterem seus empregos e evitar a mudança da fábrica. Em alguns casos, trabalhadores removidos já haviam passado por programas de re-treinamento por causa de fechamentos anteriores. E agora, diante dos novos fechamentos que vêm ocorrendo, muitos trabalhadores expressam o desejo de “arranjar um emprego que não vá se mudar para outro país.”

Ao mesmo tempo que os trabalhadores vêem muitos empregos saindo do estado ou do país, tem havido uma grande mudança na análise do trabalho: não se considera mais que os trabalhadores estrangeiros se beneficiem com essas mudanças mas sim que trata-se de um processo resultante do capitalismo global onde quem se beneficia são as grandes empresas.

Trabalhadores deslocados de seus empregos raramente conseguem recompor sua renda e acabam aceitando salários menores. Muitos dos novos empregos não são sindicalizados e muitos participantes opinaram que está havendo um “vale-tudo” no trabalho organizado. Por exemplo, a NSTAR, fornecedora de energia no estado de Massachusetts, e a United Airlines rescindiram benefícios concedidos em dissídios coletivos referentes a pensão e saúde.

Muitos trabalhadores não especializados e itinerantes, ou imigrantes, encontram empregos nas agências de trabalho temporário ou em troca de diárias. Até mesmo alguns empregos na manufatura, uma vez sindicalizados, só se encontram através de agências. A maioria dessas agências de empregos temporários ou diários oferecem o salário mínimo e exigem que os trabalhadores tragam seu próprio equipamento de segurança pessoal ou que paguem por seu transporte et cetera. Esses empregos jamais oferecem benefícios ou seguro-desemprego.

As mudanças nas leis da previdência social, embora não sejam um resultado direto dos dispositivos do comércio, estão tendo um impacto diferencial sobre a capacidade das mulheres se situarem como agentes econômicos e cuidarem de suas famílias. As novas regulamentações exigem que aqueles que recebem tíquetes de alimentação (em sua maioria, mulheres e crianças) dediquem 30 horas de serviços comunitários para poderem receber esses benefícios. Existe uma proposta semelhante com relação à classificação para receber auxílio-moradia.

À medida que vão se precarizando os empregos, reduzem-se os benefícios de saúde e encolhe a assistência de saúde pública – observa-se um aumento dos óbitos evitáveis. Num certo caso, uma cárie dentária evoluiu até se tornar uma infecção fatal porque o indivíduo não podia arcar com o custo de uma consulta ao dentista.

Enquanto decaem as oportunidades econômicas, aumenta o número de presos. Aumenta, então, a responsabilidade das mulheres no sustento econômico de suas famílias e elas passam a assumir papéis ainda maiores na reprodução social. Ao mesmo tempo, há cada vez menos apoio familiar e social.

Tornam-se cada vez mais escassos os bons empregos e aumenta o número de pessoas que se deslocam grandes distâncias para trabalhar ou que saem de casa ou deixam sua comunidade para encontrar trabalho. Os participantes da conferência observaram que há alguns indícios de que as mulheres afastadas de seus empregos encontram trabalho com mais facilidade do que os homens pois se encaixam naqueles de faixas salariais mais baixas. Em geral, maiores demandas por trabalho e uma precariedade aumentada reduzem o envolvimento da família/comunidade e aumentam o estresse relacionado ao emprego.

Com relação às políticas do comércio, também se fez menção às atuais leis que exigem das empresas a busca por lucros máximos, aos esforços de incluir as Convenções da OIT nos acordos comerciais e a possíveis alternativas para o desenvolvimento econômico local.

*Os relatórios completos dos resultados das consultas estarão disponíveis ainda neste trimestre.*

## **RECURSOS DO GÊNERO E COMÉRCIO**

### **As Mulheres Falam: O Acordo Chile-União Européia e seus Impactos sobre o Emprego Feminino**

Teresita Selamé e Angélica Álvarez

(Centro de Estudos, Assessoria e Capacitação Mulher e Trabalho) e María de la Luz Trautman e Coral Pey (Aliança Chilena por um Comércio Justo e Responsável, ACJR) março de 2005

O Acordo de Associação Política, Econômica e de Cooperação (APEC) entre o Chile e a União Européia, que entrou em vigor dois anos atrás em fevereiro de 2003, é um tratado que busca ir além da expansão das relações comerciais bilaterais e estabelecer uma zona de livre comércio. Além disso, ele busca reforçar os laços de cooperação tecnológica e científica e o “aprofundamento do diálogo político sobre questões bilaterais e internacionais de interesse mútuo.” Ele também propõe contribuir para a intensificação da cooperação em assuntos culturais e sociais.

Este estudo visa contribuir para a análise das conseqüências do APEC sobre o emprego e os direitos trabalhistas, com ênfase especial sobre as oportunidades empregatícias para as mulheres que trabalham.

Mais especificamente, este estudo visa contribuir para a pesquisa dos efeitos positivos e negativos – de natureza social, trabalhista e econômica – vinculados a um aumento no fluxo de bens e à incorporação do capital europeu no Chile.

A análise é particularmente relevante já que faltam esforços para compreender e monitorar a atividade econômica, exceto na área específica da troca de bens e dos fluxos de capital. Além disso, a análise preenche a lacuna de informações que existe acerca das

consequências que esse mecanismo para a cooperação e associação econômica está tendo sobre a situação de vida e o emprego dos trabalhadores.

*O relatório completo se encontra à disposição em espanhol no endereço:*  
<http://www.iqtn.org/page/607/1>.

### **Igualdade de Gênero: Lutando por Justiça num Mundo Desigual**

Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social.

Fevereiro de 2005

Com base nas descobertas da pesquisa do gênero UNRISD que está em andamento e em mais de 60 estudos especializados que foram encomendados, a análise deste relatório se concentra nas reformas econômica e política da década de 1990. Como a maioria dessas reformas não tratou diretamente da igualdade de gênero, pelo menos elas foram alvo de um considerável escrutínio feito a partir da ótica do gênero. E, sejam quais forem suas intenções, tiveram implicações significativas e variadas para as relações de gênero e o bem-estar das mulheres.

Conforme alude o título, atingir a igualdade e a justiça de gênero será muito difícil num mundo que se encontra cada vez mais desigual. O relatório apresenta fortes argumentos para explicar por que a igualdade de gênero precisa ser colocada no cerne dos esforços no sentido de reorientar a agenda do desenvolvimento. De fato, para encararmos alguns dos desafios contemporâneos fundamentais (crescimento econômico e transformação social, igualdade e proteção social, e democratização), isso será essencial.

*O relatório completo se encontra à disposição em capítulos no endereço:*  
[http://www.unrisd.org/80256B3C005BCCF9/\(httpPublications\)/1FF4AC64C1894EAAC1256FA3005E7201?OpenDocument](http://www.unrisd.org/80256B3C005BCCF9/(httpPublications)/1FF4AC64C1894EAAC1256FA3005E7201?OpenDocument).

### **A Feminização da Agricultura? Reestruturação Econômica na América Latina Rural**

[Carmen Diana Deere](#)

Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social

Fevereiro de 2005

As principais tendências associadas à crise econômica, à reestruturação neoliberal e ao crescimento das taxas de pobreza rural na América Latina incluem uma ininterrupta diversificação das estratégias de geração de renda nos domicílios rurais, um aumento do número de moradores de cada domicílio que buscam emprego fora da agricultura e uma maior participação das mulheres do campo nas categorias de trabalho por conta própria e de diarista na agricultura bem como nos setores não agrícolas. Embora persistam os problemas metodológicos para a análise das mudanças no trabalho das mulheres do campo com o passar do tempo, a tendência dominante na região ao longo de várias décadas tem sido em direção à feminização da agricultura.

*O relatório completo se encontra à disposição na Internet no endereço:*  
[http://www.unrisd.org/80256B3C005BCCF9/httpNetITFramePDF?ReadForm&parentunid=20024EBC6AB9DA45C1256FE10045B101&parentdoctype=paper&netitpath=80256B3C005BCCF9/\(httpAuxPages\)/20024EBC6AB9DA45C1256FE10045B101/\\$file/OPGP1.pdf](http://www.unrisd.org/80256B3C005BCCF9/httpNetITFramePDF?ReadForm&parentunid=20024EBC6AB9DA45C1256FE10045B101&parentdoctype=paper&netitpath=80256B3C005BCCF9/(httpAuxPages)/20024EBC6AB9DA45C1256FE10045B101/$file/OPGP1.pdf).

## **O Modelo de Família de Trabalhadores Adultos, a Igualdade de Gênero e os Cuidados: Busca por Novos Princípios para a Formulação de Políticas, Possibilidades e Problemas de uma Abordagem em cima de Recursos**

Susy Giullari e Jane Lewis

Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social

Maio de 2005

Neste artigo, as autoras discutem a mudança nas premissas para a formulação de políticas, passando de um “modelo de família com patriarca provedor” para um novo conjunto de premissas que se baseiam num “modelo de família de trabalhadores adultos”.

*O artigo completo se encontra na Internet no endereço:*

<http://www.unrisd.org/80256B3C005BF3C2/setLanguageCookie?OpenAgent&langcode=en&url=/80256B3C005BE6B5/search/084F6065486832E9C1257005005274F0?OpenDocument>

## **Participação da Nepad e da Sociedade Civil no APRM**

Preparado por Len Verwey, Instituto para a Democracia na África do Sul – maio de 2005

*Do Sumário Executivo* – Este trabalho visa fornecer a organizações da sociedade civil e outras partes interessadas informações gerais sobre a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (Nepad) e o Mecanismo Africano de Apreciação dos Pares (APRM) como subsídio para facilitar uma participação ativa e significativa em seus processos. Baseados na documentação pertinentes, em diversos comentários e em dados de pesquisa relevantes, fornecemos inicialmente um resumo dos aspectos fundamentais da visão da Nepad e do APRM já que estes continuam sendo insuficientemente claros para muitos indivíduos, organizações e legislaturas potencialmente afetados por eles ou interessadas em envolvimento com eles. Usando os resultados de pesquisas, então identificamos alguns dos potenciais desafios à ampla realização da Nepad que resultam de circunstâncias domésticas e percepções no nível das bases. Nosso relato sobre a maneira como a dimensão participatória tem sido articulada em documentos fundamentais da Nepad e do APRM fornece um contexto para avaliar as oportunidades participatórias e os desafios no APRM. Concluímos instigando as organizações da sociedade civil a insistirem no papel participatório ativo que os documentos das políticas da Nepad e do APRM articulam, em lugar de adotarem uma abordagem do tipo “esperar para ver”.

*O relatório completo se encontra na Internet no endereço:*

<http://www.idasa.org.za/>.

## **Uma Análise com a Perspectiva do Gênero do Program Trabalhando pela Água: Estudo de Caso do Projeto Tsitsikama Trabalhando pela Água**

Mastoera Sadan, Instituto para a Democracia na África do Sul – maio de 2005

O programa Trabalhando pela Água (WfW) é um dos Programas Expandidos de Obras Públicas (EPWP) introduzidos pelo governo da África do Sul em 2003 com o objetivo de tratar da questão do desemprego criando empregos com grande intensidade de mão-de-obra a partir de gastos governamentais. Este trabalho atenta especificamente para um projeto do programa WfW, a saber, o projeto Tsitsikama. Como o EPWP e mais especialmente o WfW se concentram bastante no emprego das mulheres, e dada a

realidade da posição das mulheres dentro da África do Sul, este trabalho faz uma análise desse projeto WfW através de uma perspectiva do gênero.

*O relatório completo se encontra na Internet no endereço:*  
<http://www.idasa.org.za/>.

## **EVENTOS E COMUNICADOS**

### **O Instituto Bill Sutherland em Defesa da África - "O Gênero e a Política da Desigualdade"**

23 a 25 de junho de 2005 – Washington, DC

O Comitê de Serviço dos Amigos Americanos, que é membro da Rede do Gênero e Comércio dos EUA, está patrocinando o Segundo Instituto de Treinamento Anual Bill Sutherland em Defesa da África. O Instituto é um evento anual que visa propiciar aos africanistas sediados nos EUA:

- Capacidade prática para a organização das bases,
- Convívio com as questões de ponta que desafiam a África, e
- Oportunidades para se articularem com seus iguais espalhados pelo país.

Este ano, a conferência vai explorar as questões de desigualdade econômica e conflitos associados através da lente do gênero, estudando especificamente as maneiras diferentes através das quais as mulheres e as meninas na África são afetadas e vai incluir palestrantes da USGTN.

*Para informações mais detalhadas, queira visitar o site:*  
<http://www.afsc.org/africa/new-africa/activism/sutherland.htm>.

### **Conferência Anual e 20º Aniversário da WIDE**

24 e 25 de junho de 2005 – Londres, Inglaterra

A WIDE está realizando sua Conferência Anual de 2005, *Pobreza, Desigualdade e Insegurança: Quais São as Respostas que o Feminismo Tem?*, nos dias 24 e 25 de junho, em Londres, Inglaterra.

Sediada pela Rede de Gênero e Desenvolvimento, a conferência contará com especialistas internacionais nas áreas fundamentais dos direitos das mulheres e desenvolvimento. Os painéis e grupos de discussão irão se concentrar em quatro sub-temas: desigualdade, relações comerciais internacionais, paz e segurança, e direitos sexuais e reprodutivos. Trata-se de quatro áreas altamente disputadas que delineiam as chances e opções das mulheres, bem como suas oportunidades de desfrutarem e exercerem os seus direitos humanos plenamente.

A conferência deste ano também estará comemorando o 20º aniversário da WIDE. Venha participar conosco nessa retrospectiva dos desafios e conquistas da rede, compartilhar experiências e lições aprendidas, e reafirmar nosso comprometimento com a igualdade de gênero e a justiça social. A prazo máximo para inscrição é sexta-feira, 10 de junho.

*Para obter maiores informações sobre a conferência, inclusive o formulário de inscrição, a lista de palestrantes que em breve será confirmada e informações sobre acomodações, queira visitar os seguintes endereços na Internet:*  
[www.gadnetwork.org.uk](http://www.gadnetwork.org.uk) ou <http://www.eurosur.org/wide/home.htm>.

### **Conferência sobre o Poder Corporativo no Sistema Global de Alimentos**

De 27 a 30 de junho de 2005 – Londres, Inglaterra

A segurança alimentar é uma questão central para as mulheres, enquanto produtoras, processadoras, distribuidoras, fornecedoras e consumidoras responsáveis pela segurança alimentar em seus domicílios. A liberalização do comércio e a redução tarifária geraram um campo de batalha desigual na agricultura, prejudicando os pequenos agricultores, muitos dos quais são mulheres, ao mesmo tempo em que promovem a agricultura corporativa das grandes empresas multinacionais.

A Agribusiness Accountability Initiative (AAI) está realizando uma reunião internacional sobre *Tratando da Concentração na Indústria do Alimento Agrícola: um programa para a sociedade civil elaborar propostas de reforma das políticas de concorrência, aplicação multilateral das leis antitruste e outras medidas para reduzir o poder monopolista no sistema alimentar*, de 27 a 30 de junho de 2005 em Londres, Inglaterra. O encontro irá reunir 90 líderes de organizações agrícolas, trabalhistas, ambientalistas, de consumidores, religiosas e desenvolvimentistas da África, Ásia, Europa, América Latina e América do Norte.

A conferência será aberta com pareceres gerais sobre a estrutura e as tendências atuais na indústria global do alimento agrícola. Em seguida, fará análises de estratégias legais e institucionais possíveis para reduzir o poder corporativo, e também de como a questão da concentração corporativa se relaciona com outros debates fundamentais nas políticas alimentares internacionais, desde acordos sobre bens de primeira necessidade até o comércio agrícola e a soberania alimentar. Mas a maior parte da conferência irá se concentrar nos grupos de trabalho que irão explorar as oportunidades prioritárias para desafiar o poder corporativo e estudar formas de elaborar essas oportunidades depois da conferência.

A IGTN tem participado de todas as reuniões da AAI sobre esse tema e incentiva aqueles que trabalham no impacto de gênero que o poder corporativo tem no setor alimentício a ajudarem a AAI a elaborar uma análise de gênero abrangente.

*Para oferecer perspectivas ou materiais sobre a dimensão do gênero do poder corporativo no sistema alimentício, queira visitar o endereço [www.agribusinessaccountability.org](http://www.agribusinessaccountability.org) ou contactar [aai@coc.org](mailto:aai@coc.org).*

Para receber o Boletim Mensal da IGTN via correio eletrônico, escreva para [secretariat@igtn.org](mailto:secretariat@igtn.org) e coloque “assinar” na linha de assunto; faça constar no corpo da mensagem o seu nome e o da sua organização.

Para ler boletins antigos, vá ao site da IGTN em: <http://www.igtn.org/page/bulletins/>.

---

[1] Uma tarifa alfandegária especificada como uma quantia de uma dada moeda por unidade do bem em questão.

[2] O propósito dos SPs e SSMs é o de proteger a segurança alimentar, o desenvolvimento rural e as questões envolvendo o sustento nos países em desenvolvimento. Para obter maiores informações sobre o uso dos SPs e SSMs com relação aos impactos do comércio sobre o gênero, queira consultar *Incorporating Gender Considerations for the Designation of Special Products in WTO Agriculture Negotiations*, de Maria Pia Hernandez, IGTN Genebra. Disponível na Internet em <http://www.igttn.org/page/568>.

[3] Trata-se do preço que um país importador paga por unidade de um bem específico.

[4] Trata-se de tarifas de importação muito elevadas. A maioria das tarifas sobre produtos industriais oriundos dos países em desenvolvimento se encontra muito baixa agora, em média 5%. Os países em desenvolvimento costumam ter tarifas médias mais altas e também mantêm tarifas particularmente elevadas para produtos sensíveis, em níveis que às vezes superam 100%.

[5] Trata-se de quando as tarifas para um produto manufaturado são altas em comparação com aquelas para um produto semi-processado e/ou matéria prima na qual se baseia o produto. O efeito dessa escalada tarifária protege a indústria doméstica no mercado importador, ao mesmo tempo em que desestimula a diversificação industrial no país exportador. Tal prática é considerada prejudicial nos países em desenvolvimento que são ricos em bens de primeira necessidade mas carecem de recursos manufatureiros.

[6] Trata-se de uma fórmula matemática usada nas negociações tarifárias do GATT e da OMC. A fórmula suíça original foi adotada durante as Rodadas de Tóquio. Seu objetivo é fornecer uma base sobre a qual os participantes calculariam suas reduções tarifárias de forma a harmonizar os níveis tarifários.

[7] Aprofundado por Marina Durano, PhD da IGTTN-Ásia num artigo que será lançado em breve.